CONJUNTURA

Corrida contra dependência

Plano de Fertilizantes pretende fazer com que país não seja refém da importação, sobretudo em momentos de crise mundial

» INGRID SOARES
» FERNANDA STRICKLAND

Isac Nóbrega/PR



Bolsonaro assinou o decreto do Plano de Fertilizantes, mas a ideia do governo é diminuir a dependência das importações

O presidente Jair Bolsonaro assinou, ontem, o decreto que institui o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050, parte da estratégia para reduzir a dependência do Brasil das importações de potássio — situação que se agravou devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, uma das maiores exportadoras mundiais do mineral, matéria-prima para a fabricação do insumo. O programa pretende ser a referência para o setor nos próximos 28 anos.

Segundo a ministra Tereza Cristina, da Agricultura, a ideia não é fazer do Brasil autossuficiente em fertilizantes, mas sim reduzir a dependência das importações de elementos importantes para a fabricação do produto. "Nossa demanda por nutrientes para as plantas é proporcional à grandeza de nossa agricultura. Mas teremos nossa dependência externa bastante reduzida. Repito: não estamos visando à autossuficiência. O mundo manterá os fluxos comerciais, e as commodities continuarão circulando em ambiente de livre mercado", disse, acrescentando que se trata de um projeto de longo prazo.

O decreto também institui o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas, órgão consultivo e deliberativo que coordenará a implementação do Plano de Fertilizantes. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil ocupa a 4ª posição mundial no consumo global de fertilizantes, sendo o potássio o principal nutriente utilizado pelos produtores.

A ministra afirmou que o plano foi elaborado a partir de uma preocupação com o suprimento do insumo, essencial para as lavouras, e mostrou confiança no cumprimento das metas estabelecidas pelo documento. "No potássio, (está) nosso maior desafio. Dependemos 96% de importações. Temos perspectivas de longo prazo para exploração no Brasil, mas, neste momento, é fundamental pensar que precisamos manter nosso agronegócio competitivo. Não estamos apenas reagindo a uma crise; estamos tratando de problema estrutural", esclareceu Tereza.

Flávio Rocha, secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, lembrou o fato de o Brasil ter se tornado campeão mundial na produção agropecuária. "Ao mesmo tempo, a demanda por fertilizantes minerais da cadeia tradicional aumentou exponencialmente. A última vez em que um ente nacional se preocupou com uma política nacional de fertilizantes foi em 1984".

Imposto zerado

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que impostos sobre a importação de fertilizantes terão que ser zerados se houver uma agudização da guerra, já que mais de 90% dos insumos utilizados no país são importados. "Nós estaremos monitorando isso e prontos para reagir na velocidade necessária. Modulação da resposta é o nosso acompanhamento", afirmou.

O ministro admitiu que a crise no fornecimento de fertilizantes, a médio prazo, deve ter algum impacto no preço dos alimentos. "A curtíssimo prazo, não veria razão para subir tão rápido, a safra já está aí e foi plantada", salientou. Guedes afirmou que, com o prolongamento da guerra, a preocupação será maior e demandará esforços fiscais adicionais. "O preço do petróleo pega tudo. Nossa esperança é que a guerra acabe rapidamente, seria o melhor", disse.

Segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos, mais de 85% dos fertilizantes utilizados no país são importados. **(Com Agência Estado)**

Motorista de aplicativo, agora, "se vira nos 30"

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAINÁ ANDRADE

O megarreajuste dos combustíveis que começou a vigorar ontem — quando os postos em peso aplicaram os novos preços nas bombas —, atingiu em cheio também os motoristas de aplicativo. Agora, além das muitas horas atrás do volante de um veículo, sujeitos ao cansaço e a violência, eles têm outra preocupação: encontrar fórmulas para que a profissão continue compensando financeiramente.

Cristiany Albuquerque, de 45 anos, trabalha com aplicativo de transporte há cinco anos. "Quando comecei, pagava R$ 3 o litro (da gasolina). Há três anos, gastava, em média, por mês, R$ 1,5 mil com combustível. Este ano, a média mensal foi de R$ 3 mil", lamentou a motorista, que ainda tem de bancar o financiamento do veículo que comprou para trabalhar.

Já Cássio Miranda, 32, contou que a organização do atendimento teve que mudar por causa do impacto do aumento dos combustíveis nas finanças. "Tinha uma rotina, trabalhava de segunda a sexta. Quando queria fazer dinheiro extra, fazia o final de semana. Quando a gasolina custava R$ 3 e pouco, o tanque dava R$ 200. Agora, está dando mais que o dobro, e abasteço ao menos duas vezes por semana. Tive que triplicar a minha rotina para conseguir ganhar alguma coisa trabalhando todos os dias. Senão, não pago as contas", explicou.

Viagem longa

Outra estratégia para tentar "esticar" o tanque de combustível para diminuir a frequência dos reabastecimentos têm sido escolher o tipo de corrida a fazer. "Os aplicativos pedem que busquem o passageiro em um raio de mais de 3km ou 4km. Decidi não ir mais. Não compensa, pois o passageiro pode cancelar e não tem custo-benefício", explicou "Paulo" (nome fictício, pois preferiu não se identificar).

Outro tipo de corrida que está sendo evitada é aquela que o motorista vai com um passageiro e volta sozinho. "Rejeito algumas corridas, peneirando locais, principalmente de periferia. É mais complicado ir porque não vai ter retorno, ou seja, vai com alguém e volta vazio", disse "Paulo".

Mas se os motoristas passaram a considerar que viver de aplicativo ficou dramático, as empresas também perceberam que sairiam prejudicadas se nada fizessem. A 99 anunciou, ontem, o reajustar do preço das corridas em 5% para diminuir o impacto do aumento do custo dos combustíveis. Segundo a companhia, esse percentual será o suficiente para anular o crescimento dos gastos com gasolina. Também diminuiu as taxas cobradas dos motoristas em determinados períodos do dia para auxiliá-los nesse momento.

Já o Uber também anunciou um pacote de medidas para ajudar na redução do impacto do aumento dos combustíveis provocado nos custos dos motoristas. Além do reajuste temporário no preço das viagens, a empresa pretende investir cerca de R$ 100 milhões no Brasil, nas próximas semanas, em iniciativas voltadas ao aumento nos ganhos e redução das despesas.

A Yourb foi procurada pelo **Correio**, mas não se manifestou até o fechamento desta edição.

Quando a gasolina custava R$ 3 e pouco, o tanque dava R$ 200. Agora, está dando mais que o dobro, e abasteço ao menos duas vezes por semana. Tive que triplicar a minha rotina para conseguir ganhar alguma coisa. Senão, não pago as contas"

Cássio Miranda,
motorista de aplicativo

INADIMPLÊNCIA

No Centro-Oeste, DF lidera em endividados

Rovena Rosa/Agência Brasil



Dados do Serasa mostram que, de setembro de 2021 a janeiro passado, dívidas subiram 4,19%

O Distrito Federal está na liderança na inadimplência da região Centro-Oeste. Segundo dados divulgados ontem pelo Serasa, o percentual de devedores em Brasília e cidades adjacentes é de 48,04%.

Mas essa não é a única liderança negativa do DF. Detém, também, a do maior valor médio das dívidas mais elevadas, de R$ 5.940,57 — 47,68% acima da brasileira, em R$ 4.022,52. Na segunda colocação no Centro-Oeste está o Mato Grosso do Sul, com média de R$ 4.380,25, seguido do Mato Grosso — R$ 4.360,30 — e de Goiás R$ 4.092,41.

Aproximadamente 44% da população do Centro-Oeste está inadimplente, percentual acima da média nacional, que está em 40,3%. Seguido do DF, Mato Grosso (47,67%), Mato Grosso do Sul (44,28%) e Goiás (39,39%) completam a lista de populações inadimplentes.

A dívida média do Centro-Oeste é 14,12% acima da brasileira e, segundo o Serasa, nenhum estado da região está abaixo da média do país. De acordo com Flávia Cosma, gerente da instituição, os números ruins do Distrito Federal pode ser explicado pelo fato de ter a renda média mais alta do país, o que leva a dívidas também mais altas.

R$ 5.940,57

é o valor médio da inadimplência do consumidor do Distrito Federal, 47,68% acima da média nacional

"Empréstimos, cartões de crédito, cheque especial, têm limites mais altos. Então, viram bolas de neve", disse.

De acordo com o Serasa, de setembro de 2021 a janeiro deste ano, houve um crescimento de 4,19% da inadimplência em todo o país país em 4,19%.

Cíntia Senna, mestre em educação financeira, concorda com a análise da executiva do Serasa. Ela salienta que que maior renda não significa um melhor controle das finanças.

"Quem ganha muito, muitas vezes não tem limite, pois não pensa no gasto. E mesmo que sejam os gastos do dia a dia, ainda podem ser desperdícios", afirmou.

Maiores vilões

Ao analisar a situação financeira do brasileiro, o Serasa explicou que a maior parte das inadimplências tem origem nos bancos e cartões de crédito — no Brasil, esse índice é de 28,4% e, no Centro-Oeste, de 27,1%). Na média do endividamento brasileiro, tais débitos representam 23,7%, enquanto que, no Centro-Oeste, é de 20,1%.

Para o economista Paulo Paiva, o consumidor passará a cair menos na armadilha da dívida quando a sociedade levar a sério que se deve investir em campanhas de "desindividamento". "O importante é identificar os padrões de comportamento de compras por impulso. Também é necessário entender que os gastos devem estar dentro do orçamento e usar o cartão de crédito parcimoniosamente, sem perder o controle de parcelamentos, ter a capacidade de pagar a fatura de uma única vez e, sobretudo, ficar atento aos gastos sempre dentro do limite do cartão", alertou. **(DHC)**

Bolsonaro ataca revisão no STF

O presidente Jair Bolsonaro criticou, ontem, a proposta de "revisão da vida toda" nas aposentadorias, que está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, caso seja aprovada na Corte, vai "quebrar" o Brasil.

"Trezentos e poucos bilhões de reais. Querem quebrar o Brasil. A decisão é lá do Supremo. Precatórios pegaram desde Fernando Henrique (Cardoso) e botaram no meu colo. Previdência é a mesma coisa. Não sou contra rever, não. Quem vai pagar? Tem dinheiro para pagar?", cobrou.

Uma vez aprovada, a chamada "revisão da vida toda" obrigaria a Previdência Social a considerar, no momento do cálculo da aposentadoria, todos as contribuições do trabalhador, mesmo as anteriores a julho de 1994 — antes da estabilização da moeda. O placar estava em 6 a 5 a favor de aposentados e pensionistas, mas o ministro Nunes Marques indicado por Bolsonaro — apresentou pedido de destaque e suspendeu o julgamento.

A discussão estava sendo travada pelo plenário virtual do STF, mas, com o retorno do plenário físico, será retomada do zero — a data não está definida e obrigará os ministros a reapresentarem os votos.